



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

GABINETES DA VEREADORA DANI PORTELA E DO VEREADOR IVAN MORAES

BANCADA DO PSOL

EMENDA MODIFICATIVA Nº 80 AO PLE Nº 42/2021

Modifica o inciso XII do Art. 30 do Projeto de Lei do Executivo nº 42, de 2021, que define a Política Municipal de Mobilidade Urbana, institui o Plano de Mobilidade Urbana do Recife e dá outras providências.

Art. 1º Altera-se o inciso XII do Art. 30 do Projeto de Lei do Executivo nº 42, de 2021, que define a Política Municipal de Mobilidade Urbana, institui o Plano de Mobilidade Urbana do Recife e dá outras providências, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“XII - a priorização de iniciativas, projetos e investimentos que potencializam a segurança na mobilidade de pedestres e ciclistas **especialmente aqueles com mobilidade reduzida e pessoas com deficiências.**”

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem uma enorme importância para o município da cidade do Recife. A partir dele serão baseadas outras leis e diretrizes que vão gerir os próximos dez anos do planejamento de mobilidade da cidade do Recife. Nele





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

GABINETES DA VEREADORA DANI PORTELA E DO VEREADOR IVAN MORAES

BANCADA DO PSOL

encontramos diversas definições que tentam contemplar e explicar esse complexo tema da mobilidade.

Considerando que o PLE nº42, de 2021, relaciona-se com amplo processo de planejamento que contou com várias audiências públicas nesta Casa Legislativa e na Prefeitura Municipal, audiências comunitárias e participação social na Câmara Técnica de Mobilidade Urbana do Conselho da Cidade e resultou na produção de uma minuta de Projeto de Lei, aprovada pelo plenário do referido Conselho com a deliberação de envio do texto a esta Câmara de Vereadores;

Considerando a Lei Municipal Nº. 18.013-2014 de 07 de maio de 2014 que institui o Conselho da Cidade do Recife como órgão colegiado, de natureza permanente, deliberativa, consultiva e propositiva.

Considerando que o Conselho da Cidade do Recife reúne representantes do Poder Público e da sociedade civil, sendo componente da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal e parte integrante da gestão urbana e ambiental do Município e do sistema nacional de desenvolvimento urbano.

Considerando que o referido Conselho aprovou por unanimidade em sua 15ª Reunião Ordinária, ocorrida no dia 12 de abril de 2019, que a Política Municipal de Mobilidade Urbana fosse enviada à Câmara dos Vereadores do Recife.

Considerando que o texto da minuta original foi modificado antes do envio, removendo importantes componentes aprovados pelo referido Conselho.

Considerando que a própria prefeitura, em seu projeto de lei nº34, que estabelece o plano plurianual orçamentário, está balizado por definições de inclusão de pessoas que têm deficiência em diversos níveis, sejam essas deficiências motoras, visuais, mentais ou auditivas.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

GABINETES DA VEREADORA DANI PORTELA E DO VEREADOR IVAN MORAES

BANCADA DO PSOL

E considerando a lei federal nº12.587 que, em seu Art. 7º, inciso III, tem como um de seus objetivos, proporcionar melhoria nas condições urbanas da população no que se refere à acessibilidade e à mobilidade.

Se faz necessário lembrar que o direito ao transporte e a mobilidade da pessoa com deficiência está salvaguardado pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, que diz em seu artigo 59. “em qualquer intervenção nas vias e nos espaços públicos, o poder público e as empresas concessionárias responsáveis pela execução das obras e dos serviços devem garantir, de forma segura, a fluidez do trânsito e a livre circulação e acessibilidade das pessoas, durante e após sua execução”. (2019, p.34.).¹

Entendemos que a prefeitura municipal do Recife tenha uma preocupação em tornar sua cidade mais inclusiva e acessível. Porém, precisamos entender as diversas particularidades das pessoas PCDs. O projeto de lei aqui discutido, não contempla de maneira inclusiva as especificidades de pessoas com deficiências sejam elas deficientes físicas, auditivas, visuais e ou mentais. Especialmente, ao propor reformas e obras que preveem mudanças na infraestrutura do município.

Requer-se a justa reposição do texto, aprovado pelo Conselho da Cidade do Recife, mediante muitos estudos, pesquisas e participação popular em planos, conferências, oficinas e audiências públicas. E consideração especial para pessoas com mobilidade reduzida e ou deficientes.

Solicito, assim, o apoio dos meus nobres colegas desta Casa Legislativa, no sentido de acolher e aprovar a proposição que ora submeto à Câmara Municipal do Recife.

Câmara Municipal do Recife, 06 de dezembro de 2021.

¹ encontra-se em:

chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww2.senado.leg.br%2Fbdsf%2Fbitstream%2Fhandle%2Ffid%2F554329%2Festatuto_da_pessoa_com_deficiencia_3ed.pdf&clen=342941&chunk=true





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
GABINETES DA VEREADORA DANI PORTELA E DO VEREADOR IVAN MORAES
BANCADA DO PSOL

DANI PORTELA

Vereadora da Cidade do Recife

IVAN MORAES

Vereador da Cidade do Recife

Documento assinado digitalmente com usuário e senha por Dani Portela.
Proposição eletrônica 1657360866/6196. Para verificação de autenticidade utilize o QR Code exibido no rodapé.

